

# Síntese das principais constatações

O exame do tema na série de publicações analisadas mostrou que os artigos concentram-se em três periódicos, editados por instituições especializadas em avaliação educacional. A Fundação Carlos Chagas é a que mais publica, especialmente em *Estudos em Avaliação Educacional*, dando também importante contribuição ao tema em *Cadernos de Pesquisa*. Em particular, a primeira publicação reúne a grande maioria dos artigos sobre avaliação de monitoramento, tema esse ausente na maior parte dos periódicos analisados. Destaca-se ainda, pela proporção de artigos publicados, a revista *Ensaio*, da Fundação Cesgranrio.

Entre as publicações de responsabilidade de órgãos gestores do setor público, a série *Idéias* é a que comparece com maior porcentagem de artigos. Os demais periódicos analisados abordam o tema com menos regularidade, sendo que em alguns títulos ele é raramente tratado.

Há um número razoável de autores que vêm se ocupando do tema há bem mais de dez anos, o que sugere que o campo de estudos está em processo de consolidação. Vários deles têm se tornado referências importantes, seja pelas análises e discussões dos aspectos metodológicos da avaliação ou dos resultados de pesquisas empíricas sobre o rendimento escolar, seja, ainda, pelos estudos retrospectivos sobre as tendências de avaliação fora e dentro do País. Algumas de suas análises vêm contribuindo também para a compreensão dos modelos de avaliação em larga escala, que começaram a ser introduzidos no Brasil na última década. Além disso, há autores cujas reflexões sobre a avaliação da qualidade na educação e seus aspectos sociais e políticos têm contribuído para elucidar os significados e implicações das práticas avaliativas nas nossas escolas.

Alguns dos temas abordados nos artigos repetem-se muito, sendo poucas as contribuições acrescentadas a cada versão. Observa-se, também, um número significativo de transcrições de idéias, experiências, reflexões e, mesmo, de pesquisas publicadas no exterior, que, se por um lado contribuem para contextualizar o tema no cenário internacional, por outro, revelam uma ausência de estudos originais sobre a realidade brasileira.

Conforme já assinalaram outros Estados do Conhecimento, constatou-se neste estudo a predominância de artigos que se referem a discussão de idéias, concepções, teorias, pressupostos e/ou metodologias da avaliação sobre as pesquisas realizadas no âmbito restrito da escola e, também, sobre a avaliação de propostas e programas governamentais. Isso sugere, de um lado, a existência de grande preocupação dos estudiosos brasileiros com o esclarecimento dos significados da avaliação educacional no nosso contexto; de outro, indica lacunas na área, sobretudo no que diz respeito a trabalhos voltados para a realização de intervenções intencionais na escola por parte dos mais variados agentes educacionais.

Quanto aos enfoques, o esforço de elucidar os significados da avaliação no Brasil tem levado à produção de vários estudos que se propõem fazer um balanço do que foi produzido no País sobre o tema em determinados momentos e a partir de determinadas fontes, assim como situar as tendências de abordagem da avaliação entre nós numa perspectiva histórica, procurando referenciá-las

às teorias e postulações provenientes do exterior e às experiências brasileiras que porventura lhes deram suporte.

Entre os artigos que mais amplamente se ocupam dos referenciais teóricos ou históricos da avaliação e, também, entre aqueles que tratam da avaliação das práticas escolares ou dos aspectos institucionais da escola, há um grande número de textos que se reportam à dimensão qualitativa da avaliação. Deles emerge uma série de características, bastante convergentes, que permitem esboçar um paradigma de avaliação da qualidade da educação apresentado como desejável. Revelando um amplo consenso na área, o modelo de avaliação qualitativa preconizado passa por uma abordagem historicamente situada, que leva em conta as diferentes dimensões de desenvolvimento do aluno, dá mais atenção ao processo de aprendizagem do que ao seu produto e tem uma natureza dialógica e dialética voltada para a transformação, seja dos indivíduos, na linha da autonomia, seja da sociedade, em defesa de uma ordem social mais justa e democrática.

O paradigma emergente de avaliação qualitativa não tem densidade teórica própria, lançando mão de elementos de várias vertentes teóricas e práticas para constituir-se uma formulação interdisciplinar. Os textos que se reportam a ele geralmente guardam tom prescritivo.

Desloca-se também o eixo da avaliação, deixando de girar exclusivamente em torno do aluno e de preocupações técnicas, para centrar-se na atenção às condições em que o ensino é oferecido, na formação do professor e dos demais agentes educacionais, bem como nas condições de trabalho, no currículo e na cultura da escola.

Os estudos que focalizam avaliações da escola ou avaliações realizadas por iniciativa da instituição escolar, abrangendo aprendizagem dos alunos, orientações curriculares, apreciações sobre a prática e cultura escolar, atuação docente, medidas legais e modelos institucionais, constituem categoria que apresenta reduzido número de artigos. Boa parte deles não explicita a metodologia empregada e, freqüentemente, mostra bastante fragilidade teórica e de procedimentos. Por via de regra, são estudos localizados, com pequena possibilidade de generalização e baseados na opinião dos atores sociais envolvidos com a escola. Eles incidem, em geral, sobre a descrição dos procedimentos tradicionais de avaliação vigentes nas redes escolares, e sua maior contribuição tem sido a de oferecer uma idéia mais precisa do que ocorre efetivamente na escola e nas suas práticas avaliativas. São muito raros os artigos que propõem, tentam aplicar e procuram refletir sobre novas formas de atuação dentro do modelo de avaliação de qualidade amplamente defendido pela maioria dos autores.

A categorização adotada neste estudo não permitiu o agrupamento de textos de acordo com os níveis de ensino a que se reportavam. No conjunto dos artigos, entretanto, observa-se que há um número reduzido de textos que se referem a um nível educacional específico. Quando isso ocorre, a freqüência maior é verificada em relação ao ensino fundamental, tal como já constataram outros estudos; são escassos os textos sobre o ensino médio e muito raros aqueles que focalizam a educação infantil.

Quanto aos estudos que tratam da avaliação de políticas educacionais, foram levados em conta apenas os que abordam o exame da agenda e das propostas de governo, bem como as avaliações de programas educacionais propriamente ditos. Vários outros estudos arrolados como de análise de políticas, que se reportam sobretudo às fases da sua implementação ou mesmo aos seus impactos, não foram considerados para análise. Por irem além do exame das ações envolvidas em programas ou projetos, referindo-se a medidas mais amplas de caráter político, jurídico-normativo ou outras, tornou-se difícil estabelecer limites entre os estudos de políticas públicas em geral e os que utilizam intencionalmente metodologia própria de avaliação.

Além de uma pequena quantidade de artigos nessa categoria, no que concerne às propostas de governo, alguns textos apenas expressam o discurso oficial sobre as políticas do setor. Quanto à avaliação de programas, ainda que se considere que muitos dos estudos não são divulgados em artigos, permanecendo sob a forma de relatório, cujo conhecimento é restrito às agências interessadas, tudo indica que a tradição de avaliar políticas na área ainda é bastante incipiente no

Brasil. Constatou-se também que, muitas vezes, os artigos se concentram em aspectos dos programas avaliados e, a rigor, alguns deles nem chegam a dar uma idéia mais geral sobre as avaliações realizadas, em virtude das reduzidas informações que fornecem. Observou-se também que as análises tendem a focalizar programas que se desenvolveram na Região Sudeste, principalmente no Estado de São Paulo.

A categoria que trata de avaliação de monitoramento das redes escolares é a segunda mais numerosa deste Estado do Conhecimento, revelando uma tradição recente mas em plena expansão no País. Dentro do paradigma positivista, os estudos dessa natureza estão relacionados a novas formas de abordagem da avaliação educacional, as quais têm sido empregadas como parte de uma racionalia específica de implementação das políticas educacionais, difundida atualmente em diferentes partes do mundo.

Os artigos que introduzem modelos e metodologias de avaliação de monitoramento o fazem geralmente a partir de uma discussão prévia na linha da *accountability*, ou seja, da importância das informações que o serviço público deve dar à população, prestando contas dos recursos que lhe foram confiados. Também consideram esse tipo de avaliação um instrumento importante para orientar as ações voltadas para os sistemas de ensino, no que diz respeito à formulação, implementação, manutenção e/ou revisão de medidas educacionais. O pano de fundo das argumentações é o da racionalidade técnica, que pressupõe uma relação de linearidade entre a utilização plena da informação sistematizada nos moldes propostos e a tomada de decisões no âmbito dos complexos sistemas de ensino. É deixada de lado a consideração das condições socioculturais e políticas que envolvem conflito de interesses, consensos e dissensos na formulação e gestão das políticas da área.

Enquanto em relação ao paradigma de avaliação qualitativa o que vem à tona é, sobretudo, a afirmação de certos pressupostos – tendo sido constatado um grande vazio em termos da metodologia e de procedimentos a serem adotados para viabilizá-lo na prática –, no caso da avaliação de resultados, como também é chamada a avaliação de monitoramento ora em curso no País, evidencia-se o recurso a metodologias e procedimentos altamente sofisticados e o incremento desse tipo de avaliação nas redes escolares.

Na categoria da avaliação de monitoramento observa-se também a predominância do discurso oficial, principalmente na explicitação das características e finalidades de sistemas permanentes de avaliação, capazes de contribuir para a melhoria da qualidade das escolas. Esse discurso também justifica a criação do sistema nacional de aferição do desempenho escolar na educação básica, bem como dos sistemas estaduais de avaliação em alguns estados, como em Minas Gerais e São Paulo.

Há indícios na literatura de que o objetivo de desenvolver capacidades avaliativas nas unidades gestoras do sistema educacional, regionalizando e integrando os diversos trabalhos realizados, vem sendo, embora proclamado, apenas parcialmente realizado, o que evidencia a dificuldade de estabelecer uma rotina de coleta sistematizada de dados necessários para a avaliação externa, de avançar ou aprofundar a análise dos resultados, além dos entraves à criação de mecanismos de divulgação que garantam a assimilação das informações e possibilitem a utilização efetiva da análise dos resultados.

Por sua vez, as análises mais sistemáticas sobre as informações colhidas pelos próprios sistemas de aferição do rendimento escolar parecem encerrar-se em si mesmas, não tendo sido verificado um esforço maior de articulação com estudos que se valem de outras abordagens, o que mostra que não está havendo um acúmulo de reflexão sobre as questões discutidas como desejado.

Daí as indagações: Que papel tem tido a avaliação de monitoramento na tomada de decisões pelas administrações educacionais? Qual o seu valor para gerar mudança educacional? Este tipo de avaliação está conseguindo viabilizar a mensuração sistemática do rendimento dos alunos como meio de fornecer informações para o desenvolvimento de uma cultura avaliativa? Tem efetivamente contribuído para monitorar o sistema educacional, produzindo melhoria de sua qualidade? Ou seja, seu desenho e os instrumentos utilizados têm permitido transformar os resultados do

processo avaliativo em alternativas para intervenção? Estas perguntas ainda permanecem insuficientemente respondidas, evidenciando o silêncio quase total da literatura especializada no que diz respeito à identificação dessa dimensão pressuposta nos modelos de monitoramento.

Embora com as limitações apontadas, deve-se levar em conta que a bibliografia examinada revela grande convergência de opiniões sobre a necessidade de gerar e sistematizar informações capazes de propiciar uma base para a tomada de decisão menos casuística em relação às políticas públicas. Outro aspecto a considerar é que, nos sistemas educacionais brasileiros, não têm se acentuado a conotação concorrencial e o caráter excessivamente competitivo da avaliação de monitoramento, muito presentes em certos países; ênfase maior tem sido atribuída a aspectos positivos do modelo, com a valorização do papel dos órgãos gestores na correção de deficiências detectadas. Além disso, a implantação do sistema de aferição de resultados é ainda muito recente, para que se possa adiantar qualquer julgamento mais conclusivo sobre seu possível impacto nas redes escolares.

Finalmente, vale registrar certos impasses e desafios suscitados por esta revisão da literatura sobre a avaliação no ensino básico.

Um deles é a coexistência de discursos paralelos, que, praticamente, não dialogam entre si: um, que se reporta essencialmente à avaliação qualitativa do ensino, valoriza o processo de aprendizagem e concentra-se na avaliação feita no interior da própria escola pelos agentes educacionais, com a participação dos alunos e da família; outro, que está voltado para a avaliação de resultados, valoriza o produto da aprendizagem, utiliza largamente recursos quantitativos e alta tecnologia e recorre à avaliação externa da escola. Embora faces de uma mesma moeda, verifica-se que a interlocução entre eles ainda demanda um longo caminho a ser percorrido.

A despeito da abundante produção de discursos sobre o tema, constata-se que seus apelos à mudança das práticas escolares e do tratamento tradicional da avaliação chegam tão-somente a resvalar a realidade.

Outro desafio é provocado pela ausência de estudos que abordem as avaliações de monitoramento na perspectiva de análise das políticas públicas. Pelo montante de recursos institucionais e financeiros envolvidos na criação e manutenção dos sistemas de aferição de resultados educacionais e pela necessidade de proceder à validação social ou ao questionamento da lógica que os ilumina, parece de todo indispensável um esforço de avaliação da própria avaliação.